



Notificação COTEF.SURICATO.TCEMG nº 033/2023

Ao Sr. Gestor e à Sra. Controladora Interna Municipal de Três Marias/MG

URGENTE

NOTIFICAÇÃO – PROC. LICITATÓRIO Nº 236/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2023

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por sua Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO-, por meio do uso de técnicas e ferramentas de análise de dados e informações provenientes de múltiplas fontes e formatos, e do acompanhamento contínuo, em especial o monitoramento das publicações e divulgações das unidades jurisdicionadas (art. 6º, I, “e”, da Resolução TCEMG nº 09/2020), constatou **indício de restrição de caráter competitivo**, no **Processo Licitatório nº 236/2023, Pregão Eletrônico nº 048/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM do Município de Três Marias/MG**, que tem como objeto o registro de preço para futuras e eventuais aquisições de materiais e/ou equipamentos para atender a demanda das Secretarias Municipais entre outros, de marcas e modelos específicos, cuja sessão pública de abertura das propostas e início dos lances está agendada para as 10:00 horas do próximo dia 8 de dezembro de 2023.

Salienta-se que esta Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização – COTEF/SURICATO-, em razão das irregularidades verificadas no processo licitatório 236/2023, encaminhou, em 17/10/2023, o Ofício SURICATO nº 308/2023, alertando, de forma **exemplificativa**, que as descrições dos itens do objeto apresentavam indícios de direcionamento.

Após o recebimento do Ofício enviado por esta Coordenadoria, os responsáveis pela licitação suspenderam o certame para republicação. Contudo, no Edital republicado, foram mantidos os **indícios de direcionamento a marcas e modelos nos itens do objeto do referido edital**. Ou seja, mesmo após a retificação e conseguinte republicação do novo Edital, verificou-se a persistência **dos indícios de direcionamento**, conforme razões a seguir expostas.

1. Da manutenção dos indícios de direcionamento

Compulsando o Edital nº 048/2023 republicado, observou-se o seguinte:

- a) Nos item 1 e 2, de aquisição de computadores, o ofício 308 mencionou a jurisprudência do TCU a respeito da limitação da concorrência quando há a exigência que a placa mãe e a BIOS sejam do mesmo fabricante. Tal informação foi retirada da descrição da placa mãe, mas foi mantida no trecho que trata da BIOS (item 2.3);
- b) No item 3, de aquisição de multifuncional, foi apontado que a descrição era demasiadamente detalhada, aparentando **copiar a ficha técnica do modelo de referência**. Pois bem, após a republicação, a menção ao modelo de referência foi retirada, e o texto foi integralmente mantido, apenas com a adição do termo “Igual ou superior”; a manutenção das especificações,

- c) Nos itens 4 e 5, novamente de aquisições de multifuncionais, a situação se mantém. Foram retiradas as menções às tecnologias exclusivas da Epson (apesar de ainda manterem o termo *Heat-Free*, com a marca registrada “™”, o que indica se tratar de tecnologia proprietária), sendo mantidas a exigência de características **máximas** dos produtos, apenas inserido o termo “igual ou superior”;
- d) Por fim, no item 6, de aquisição de filtro de linha, o texto também foi mantido sem alterações, com a exceção da referida adição mencionada nos itens anteriores.

Nesse contexto, identifica-se a manutenção de **especificações excessivas** capazes de limitar a competição, no bojo Processo Licitatório nº 236/2023, Pregão Eletrônico nº 048/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM do Município de Três Marias/MG.

Esse tipo de detalhamento, mesmo que acompanhado da expressão “ou similar/ ou superior”, tem o potencial de afastar diversos licitantes que possuam produtos equivalentes a ofertar, diante da incerteza quanto à admissibilidade de outras marcas/modelos.

A participação em um processo licitatório importa em relevantes custos para fornecedores interessados, de modo que a incerteza quanto à admissibilidade de marcas e modelos distintos, decorrente de detalhada descrição de uma marca/modelo específico, tem o condão de afastar potenciais concorrentes, em prejuízo ao objetivo próprio do processo licitatório.

Como se sabe, o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, bem como as condições necessárias de uso são elementos importantes para se evitar a aquisição de bens e serviços de má qualidade. Todavia, não é permitido fazer exigências excessivas e ou descabidas a ponto de frustrar ou limitar a concorrência de interessados em participar da concorrência pública.

Nesse contexto, ainda que o item venha acompanhado das expressões “igual, similar ou superior”, é preferível que a Administração Pública se abstenha de se exceder no detalhamento, sob pena de coibir potenciais interessados em apresentar itens similares ou superiores. Na medida em que se detalha um certo objeto em seus mínimos detalhes, torna-se difícil estabelecer parâmetros comparativos. Em outras palavras, quando se especifica em demasia, dificulta ou impossibilita a comparação de fornecedores com itens similares ou superiores.

O legislador, preocupado com a definição correta do objeto a ser licitado, disciplinou, no artigo 3º, inciso II da Lei 10.520/2002, que a definição do objeto deve ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. Da mesma forma, os artigos 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, que, dispõem que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União possui consolidada jurisprudência quanto a situações em que há inclusão de especificações excessivas pela Administração Pública, afirmando que

A configuração exacerbada, com ênfase em aspectos impertinentes, sinaliza que houve direcionamento para determinado modelo de produto e/ou de fabricação exclusiva, deixando à margem bens de desempenho semelhante, de melhor relação custo-benefício e de comercialização generalizada. Ademais, tal irregularidade dificulta e, até mesmo inviabiliza, o julgamento objetivo das propostas, conforme determina o art. 45 da Lei nº 8.666/93, pois dado o nível de detalhamento e o número demasiado de atributos técnicos a

serem conferidos, há espaço para todo tipo de interpretação acerca do produto ofertado estar, ou não, consonante com o edital. Em virtude da situação relatada, será proposta determinação ao órgão licitante a fim de evitar a reiteração da prática irregular. (...) (Acórdão nº 168/2009 – Plenário. Data da Sessão: 11/02/2009) (G.N.)

Em análise de caso análogo, o Tribunal de Contas da União, no julgamento do Processo nº TC 036.977/2011-0, Acórdão nº 2005/2012, apresentou didático esclarecimento quanto à problemática da exigência de especificações técnicas detalhadas de marcas específicas, mesmo que acompanhadas de menção à aceitação de marcas similares:

26. Na verdade, analisando a fundo o que se passa nesse certame, percebe-se que o problema não é de indicação de marca, aceitando-se marcas similares ou de qualidade superior, mas de formulação de especificações técnicas que restringem ou eliminam a competição.

27. Uma vez que foram estabelecidas especificações mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados pelos licitantes, não há possibilidade de aceitação de equipamentos similares, mas tão somente de equipamentos cujas especificações técnicas sejam iguais ou superiores às mínimas. A aceitação de similares implicaria na estipulação de critérios de aceitabilidade outros, afetos a itens de desempenho, mais gerais do que os critérios baseados em inúmeros e detalhados requisitos técnicos mínimos.

28. E tendo em vista que o equipamento deve atender a todas as especificações mínimas para que a proposta do licitante seja admitida e que essas especificações correspondem a especificações literais da marca Brother, seria muito pouco provável que existisse no mercado equipamentos de outras marcas cujo conjunto completo de especificações técnicas seja igual ou superior ao da referida marca. Haveria que se esperar, como de fato ocorreu, ampla predominância de licitantes vendedores da marca Brother. E foi o que aconteceu, como apontou a unidade técnica: (...)

38. Em resumo, não foram apresentados argumentos consistentes para justificar o estabelecimento de especificações mínimas literalmente iguais às de impressoras da marca Brother como sendo as que melhor atendem às necessidades do órgão licitante e o estabelecimento de especificações mínimas da forma como foi feito praticamente eliminou a competição e direcionou o certame para aquisição de equipamentos daquela marca.

Nessa linha de intelecção é o entendimento deste Tribunal de Contas, no julgamento do pedido liminar realizado nos autos da Denúncia nº 1095278, em que se posicionou no sentido de que **“o detalhamento excessivo pode fornecer indícios de que as especificações são atribuídas a uma única solução tecnológica. As especificações poucos usuais podem restringir o número de soluções que poderiam atender aos requisitos”**.

No presente caso, embora as expressões “configurações mínimas, ou “similar” sejam utilizadas para ampliar a competitividade, em se tratando de um objeto excessivamente detalhado, pode-se incorrer na dificuldade do estabelecimento de produtos com similaridade ou de qualidade superior, obstaculizando a concorrência.

2. Da responsabilidade do Controle Interno municipal

A Constituição Federal, em seu art. 74, dispõe sobre as finalidades do sistema de controle interno dos órgãos da administração pública, assim dispondo:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(...)

IV - **apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.**

Nesse sentido, observa-se que a presente notificação está sendo encaminhada por esta Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização à Controladoria Interna do Município, por meio do e-mail informado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

3. Conclusão

É notório que, embora comunicada, mediante **Ofício COTEF/SURICATO nº 308/2023**, da existência de exigência restritiva da competitividade do certame, a Administração Pública Municipal, após retificar o Edital do processo licitatório, publicou novo Instrumento Convocatório, no qual foram mantidas as especificações apontadas anteriormente como indevidas, isto é, **sem que o fossem alterados, de forma satisfatória, os indícios de direcionamento identificados no Ofício.**

Solicita-se, portanto, aos responsáveis pela administração e pelo controle interno municipal, **com a urgência que o caso requer**, manifestação quanto ao exposto na presente notificação.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2023.

Fábio Dias Costa

Coordenador de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização – COTEF/SURICATO